



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32

**ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS DO AMAZONAS – CERH-AM,
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018.**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, de 09h00 as 12h00, na Sala de Reunião Engels Medeiros na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM, situado a Av.: Joaquim Nabuco, 1919 – Centro, Manaus-AM, foi realizada a 35ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas (CERH/AM), onde se discutiu a seguinte pauta: **1** - Abertura da reunião pelo Presidente do CERH; **2** – Informes e assuntos gerais; **3** – Leitura e aprovação da ATA da 34ª Reunião Ordinária do CERH do dia 13/09/2017; **4** – Apresentação e aprovação do cronograma das reuniões ordinárias do CERH para o ano de 2018 (07/03, 13/06, 12/09, e 12/12); **5** – Redefinição dos titulares e suplentes da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos; **6** – Fórum Mundial da Água. Estiveram presentes os seguintes conselheiros, Marcelo José de Lima Dutra (SEMA-AM), Delna Maria Brasil (AAM), Antônio Sérgio Araújo Miranda (CBH-Rio Tarumã-Açu), Odinelza Pinheiro Araújo (COSAMA), Carlos José Bezerra de Aguiar (CPRM), Solange Damasceno (CRBIO-06), Sérgio Bringel (CRQ-14), Gisely Pereira (Defesa Civil), Renée Fagundes Veiga (FIEAM), Raquel Paiva Oliveira (FVS), Domitila Pascoaloto (INPA), Sergio Martins D'Oliveira (IPAAM), Alvimar D'Agostini (Faculdade La Salle), Almerio Augusto Cabral dos Anjos (OAB-AM), José Maria de Souza Cruz (PETROBRAS), Valdemir Ferreira Desoozx (SEDUC), Armando Santarém Andrade (SEMMAS), Carlossandro Carvalho (UEA), Ingo Daniel Wahnfried (UFAM) e Leonardo Julian Rodrigues Klosovisk (DRH/SRHU/MMA). Estiveram presentes como convidados: Inácio Costa (CPRM), Luciani Aguiar Pinto (SEPLAN-CTI), Alexsandro Andrade (UEA), Jorge Henrique (Mestrando/UEA), José Narbaes (IPAAM), Israel Dourado (CAAMA/ALEAM), Andrea Liberato (SEMA), Antonio Lopes (SEMA), Marcele Lopes (SEMA), Izaias Nascimento (SEMA), Maycon Douglas (SEMA), Ayub Borges (SEMA), e Denis Sena (SEMA), Jose Carlos (IPAAM). O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, cumprimentou a todos os presentes, procedendo, em seguida, contagem de quórum, constatando a falta de



33 membros suficientes para abertura da reunião em primeira convocação, informando,
34 então, que se aguardaria um prazo de trinta minutos para a abertura, às 9:30 horas,
35 em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes conforme
36 instituído no Art. 26, §2º Deliberação Normativa CERH nº 001/2012, de 29 de
37 novembro de 2012. Transcorrido o prazo regimental, o Presidente do CERH,
38 Marcelo Dutra, iniciou a reunião, solicitando que os presentes se apresentassem,
39 tendo em vista tratar-se da primeira reunião realizada durante a atual gestão.
40 Encerradas as apresentações, o Presidente do CERH, Marcelo Dutra, registrou
41 também a indicação, pelo Conselho Regional de Biologia - CRBIO, para compor o
42 Conselho, as Sras. Solange Batista Damasceno e Yamille Benaion Alencar, Titular e
43 Suplente, respectivamente, assim como a Universidade do Estado do Amazonas –
44 UEA, que indicou o Prof. Carlossandro como Titular, e o Prof. Flávio Wachholz,
45 como Suplente. Ato contínuo agradeceu o apoio da FIEAM na sessão do espaço
46 para realização da presente reunião. Passando aos **Informes Gerais**: a) comentou
47 sobre a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, convidando o
48 representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério
49 de Meio Ambiente – MMA, Leonardo Klosovisk (DRH/SRHU/MMA), para fazer uso
50 da palavra. O representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
51 do Ministério de Meio Ambiente – MMA, Leonardo Klosovisk, ressaltando
52 primeiramente a satisfação em poder participar da reunião do CERH, após algumas
53 tentativas anteriores frustradas por imprevistos diversos. Destacou que o Plano
54 Estadual foi recentemente prorrogado até 2019, dando assim mais tranquilidade
55 para a elaboração e execução do cronograma de atividades, após um atraso
56 decorrente das questões políticas, além da extinção da secretaria que realizou o
57 convênio para implementação das ações, demandando certo tempo para o MMA
58 passar o convênio à SEMA, estando-se agora na expectativa que o mesmo se
59 desenvolva da forma esperada, aclarando que o PERH é apenas o início dos
60 trabalhos, razão pela qual espera que até o final de dezembro do corrente ano os
61 apareçam os resultados da implantação da gestão de recursos hídricos. O
62 Presidente do CERH, Marcelo Dutra, ressaltou o esforço do MMA em enviar um
63 representante para participar da reunião do Conselho, demonstrando que a



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

64 prioridade no momento é a implantação dessa pauta, a título de informe o plano é
65 fruto de um convênio assinado em 26 de dezembro de 2013 como o MMA, tendo
66 sido apresentado o plano de trabalho na 27ª Reunião do CERH em 2014 e publicado
67 o despacho homologatório da licitante vencedora em 07 de novembro de 2017, a
68 empresa Magna Engenharia Ltda., com valor global de R\$ 951.284,37 oriundos do
69 Fundo Nacional de Meio Ambiente do MMA, destacando que o processo está em
70 regularização financeira pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para que
71 possa ser emitida a nota de empenho e a respectiva ordem de serviço, com previsão
72 até o final de março já esteja em operacionalização. Em seguida, comentou sobre a
73 adesão do Estado ao 2º ciclo do PROGESTÃO, a qual está sendo encaminhada ao
74 Governador do Estado, Amazonino Mendes, ainda essa semana para assinatura e
75 encaminhamento a Agência Nacional de Água – ANA. Além da previsão de que até
76 setembro o 1º ciclo esteja concluído, uma vez que devido aos trâmites burocráticos,
77 essa adesão necessita ser finalizado o mais rapidamente possível. O senhor Jose
78 Carlos (IPAAM), destacou então que já foi assinado o contrato sobre o
79 PROCOMITE, que é um programa sobre fortificação dos Comitês de Bacia, sendo o
80 Comitê do Tarumã-Açú o contemplado no Amazonas, tendo sido publicado em
81 Diário Oficial o extrato do contrato firmado entre o Governo Estadual por intermédio
82 da SEMA, com a anuência do CERH. Realizou-se oficina com as metas que devem
83 ser cumpridas pelo PROCOMITE, e desenvolvidas pela SEMA, em conjunto com o
84 Comitê do Tarumã-Açú, informou que a ANA confirmou o depósito da primeira
85 parcela no valor de R\$ 50.000,00 na conta da SEMA, para dar início aos trabalhos
86 do PROCOMITE. Passando ao próximo informe, relativo à aprovação do Relatório nº
87 02 – Referente ao Estudo Hidrogeológico das Regiões Urbanas e Periurbanas da
88 Cidade de Manaus elaborado pela CPRM, passou-se a palavra ao representante do
89 Serviço Geológico do Brasil – CPRM, Carlos Aguiar, explicou que o estudo está
90 praticamente na metade de seu processo e entrando na segunda etapa, que
91 entende ser a mais conclusiva, destacando que serão monitorados algo em torno de
92 100 poços da Manaus Ambiental até novembro, e enfatizando que, dos cerca de 192
93 poços que a empresa possui, é necessário manter o máximo possível apesar dos
94 custos, já que, pela informação que obteve, a Manaus Ambiental analisa desfazer-se



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

95 de alguns, e para fins de estudos esses poços são extremamente importantes, citou
96 que no projeto estão envolvidos cerca de 40 técnicos, e que destes, 90% são do
97 próprio Estado, recebendo também ajuda de especialistas da Universidade Federal
98 do Amazonas – UFAM, ratificando que esse estudo servirá de vitrine para outros fora
99 até mesmo do Brasil. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, comentou que
100 segunda-feira foi realizada uma reunião com a Concessionária Águas do Amazonas
101 onde os mesmos alegam que necessitam homologar 40 poços em atividade,
102 lembrando que a empresa já chegou a ter 200 poços na cidade, o que não foi por
103 eles contestado, porém, a empresa afirmou que realmente pretende tamponar os
104 demais, o que demonstra falta de comprometimento para com um patrimônio de
105 monitoramento ambiental, afirmando que é urgentemente necessário se decidir
106 quanto à operacionalidade desses poços, devido aos mesmos estarem em bairros
107 ou terrenos que foram cedidos pelo Poder Público à COSAMA, inicialmente,
108 passando depois à Águas do Amazonas, e que se esses poços saírem da
109 responsabilidade da empresa, alguém terá que assumir a vigilância dos mesmos
110 para evitar a invasão, depredação, ou, ainda, à utilização equivocada, levando à
111 contaminação e exposição desses poços à diversos fatores. Afirmou que o desafio
112 nesse momento é a operacionalização para se trabalhar esta situação. O
113 Conselheiro Carlos Aguiar da CPRM comentou que se trata de uma questão difícil,
114 geralmente o poço está inserido em área municipal, geralmente é uma área de vinte
115 por quinze, moradores de invasões, que causam depredação gerando um custo alto
116 para a Manaus Ambiental, que, logicamente, enfatizando a necessidade do
117 Conselho decidir com relação à destinação desses poços. O Sr. Izaias Nascimento
118 complementa que há critérios técnicos de tamponamento definitivo ou provisório
119 estabelecido em resolução, já aprovado pelo CERH, em relação aos poços que
120 deverão ser monitorados. O Conselheiro Sérgio Bringel (CRQ), disse que,
121 provavelmente, o problema será saber quem irá arcar com essas despesas, ressalta
122 o interesse da CPRM em manter esses poços como suporte para pesquisas, e será
123 vantajoso conhecer a evolução dessa água ao longo do tempo, porém, destacou que
124 é necessário avaliar quem manterá e assumirá a responsabilidade pelo controle e
125 manutenção desses poços para pesquisa, acreditando que esse assunto possa ser



126 debatido na Câmara Técnica, contanto que haja o interesse unânime. O Presidente
127 do CERH, Marcelo Dutra, Destacou o tema que será levado à Câmara Técnica, e
128 que esta estratégia não é somente em virtude da pesquisa da CPRM, mas sim pela
129 necessidade de se avaliar a qualidade e a quantidade da água da cidade, bem como
130 é essencial para a empresa abastecedora de água obter essas informações para
131 fins de monitoramento, demonstrando a imperiosidade de se estabelecer um
132 programa sustentável economicamente para a preservação destes poços. Passado
133 ao informe seguinte, relativo a operacionalização das 9 Plataformas de Coleta de
134 Dados-PCD, passou-se a palavra ao Assessor Técnico da SEMA, Maycon Douglas,
135 informou que dentro das metas estabelecidas pelo programa Progestão,
136 praticamente todas as plataformas de coleta de dados nas nove regiões
137 hidrográficas, aprovadas pelo Conselho, já estão operando, com exceção do
138 Município de Lábrea, que reportou um problema com os arquivos de dados,
139 entretanto, já está sendo analisado pela equipe enviada ao município. O Presidente
140 do CERH, Marcelo Dutra, endossou que o cenário ideal seria a junção dos dados
141 obtidos em um sistema público com a CPRM, que possui informações detalhadas
142 sobre outras estações, podendo assim incluí-las ao programa de monitoramento,
143 que dará informações em tempo real dos níveis dos rios, contribuindo, inclusive para
144 decisões que envolvam outras bacias. A Gisely Pereira (Defesa Civil), indagou sobre
145 as opções propostas para eventuais situações que apareçam, e se existe algum
146 alerta de aviso acerca de possíveis eventos críticos que possam atingir as estações,
147 assim como o status da previsão orçamentária para realizar as devidas
148 manutenções necessárias, como no caso do Município de Lábrea. O Sr. Jose Carlos
149 da SEMA, replicou que existe um boletim diário informativo às prefeituras e demais
150 instituições sobre eventuais sinistros, e que o PROGESTÃO possui verbas para
151 trabalhar esses imprevistos, e em eventuais situações, os dados compartilhados
152 pela CPRM estão sempre disponíveis para auxílio em casos de emergências. O
153 Conselheiro Sergio Bringel do CRQ, questionou se essas informações fornecerão
154 dados sobre o estado químico dos rios, devido há informações extraoficiais de
155 utilização de desfolhante para cultivo de coca próximo a rios transfronteiriços,
156 solicitando assim que a vigilância também englobe a situação química das águas. O



157 senhor Jose Carlos da (IPAAM) respondeu que o novo contrato com a ANA trata
158 também do QualiÁgua, que utilizará laboratórios da UEA para analisar a qualidade
159 das águas, e que o contrato deverá estar assinado em no máximo um mês, podendo
160 em breve fornecer a todos uma análise físico-química das águas do Estado. O
161 Presidente do CERH, Marcelo Dutra, informa que a partir do licenciamento
162 constituído pela equipe do IPAAM ao garimpo do Rio Madeira, após um ano e meio,
163 foi realizado um acordo entre as cooperativas e a empresa GlobalStar, devido a uma
164 das condicionantes do termo de Ajustamento de Conduta exigir que todas as balsas
165 de garimpo possuíssem equipamentos que permitisse o rastreamento via satélite,
166 sendo que a empresa citada está realizando testes em rastreadores que realizam
167 análise da água por hora, podendo assim futuramente auxiliar os programas de
168 monitoramento ambiental, já que, com a reforma administrativa implementada
169 incluindo o monitoramento como uma das competências do IPAAM, garantindo a
170 boa gestão dos recursos hídricos. A Sra. Gisele Pereira (Defesa Civil), destacou
171 acerca de uma videoconferência semanal, fornecendo em seguida o link para
172 acesso caso algum dos membros se disponha a representar as questões
173 envolvendo o Amazonas. O Sr. Maycon Douglas, destacou que a SEMA está sendo
174 informada pela ANA das agendas prioritárias para o Amazonas. Dando segmento à
175 pauta: **Assunto 1:** o Presidente do CERH, Marcelo Dutra, passou à leitura da ata da
176 34ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada no dia
177 13 de setembro de 2017, que conteve aproximadamente duzentas linhas. Não
178 havendo objeções aos termos da mesma, foi colocada em votação, sendo aprovada
179 por unanimidade. **Assunto 2:** Em seguida, foi apresentado o cronograma de
180 Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o ano de
181 2018, ratificando que, como houve consenso no Conselho na gestão anterior de que
182 as reuniões são melhores acomodadas nas quartas-feiras, sugerindo que as
183 mesmas sejam realizadas nos meses de março, provavelmente no meio do mês;
184 junho, no dia 13; setembro, dia 12; e dezembro, também no dia 12. Não havendo
185 objeções, foi aprovado por unanimidade. **Assunto 3:** Dando segmento aos
186 assuntos, colocou em discussão a definição dos membros titulares e suplentes das
187 instituições participantes da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos



188 Hídricos, permanecendo a representante da Associação Amazonense de Municípios,
189 Delna Brasil; pelo Conselho Regional de Química permanece o Sr. Sérgio Bringel;
190 pelo INPA, a Sra. Maria do Socorro Rocha; pelo IPAAM será apresentado um novo
191 representante provavelmente na próxima reunião; e pela OAB, permanecem os
192 atuais representantes também já indicados. Quanto à exclusão ou inclusão de novas
193 instituições, indagou aos presentes se há objeções a serem feitas. A representante
194 da FIEAM, Renée Veiga, e a representante do Conselho Regional de Biologia,
195 Solange Damasceno, solicitaram também a inclusão de suas instituições, assim
196 como a CPRM, além de demandar que o IPAAM oficialize a indicação de novos
197 membros. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, informa que a Câmara Técnica do
198 Plano Estadual de Recursos Hídricos passa a contar com dez membros atuantes,
199 solicitando, por fim, que as quatro novas entidades encaminhem o nome dos
200 titulares e suplentes que estarão participando da Câmara. **Assunto 4:** Passando ao
201 assunto relacionado ao Fórum Mundial das Águas, o Presidente do CERH, Marcelo
202 Dutra, enfatiza a participação de representantes do Estado no mesmo, que compõe
203 evento da Organização das Nações Unidas – ONU, pois haverá debates de altíssimo
204 nível entre representantes dos cinco continentes, além da apresentação de novas
205 tecnologias e da possível captação de novos parceiros, solicitando assim que seja
206 feita uma votação entre os presentes para ocuparem as duas vagas que serão
207 bancadas pelos recursos do PROGESTÃO para que o Conselho tenha dois
208 representantes nesse evento. O senhor Carlossandro Carvalho da UEA ressalta a
209 importância do Fórum Mundial, sua entidade está fazendo todo o esforço possível
210 para enviar cerca de vinte alunos para participar do evento, e que seria
211 extremamente interessante a participação de membros do Conselho. O Sr. Sérgio
212 Miranda (CBH-TA), afirmou que estará presente no evento, aproveitando a
213 oportunidade para solicitar apoio do Conselho para que o mesmo possa produzir o
214 material que apresentará no Fórum Nacional de Comitês de Bacia do Brasil e Comitê
215 de Bacia do Rio São Francisco, o qual foi convidado, e que tratará dos avanços
216 realizados até o momento, assim como as dificuldades encontradas, já que é do
217 conhecimento de todos que o Comitê do Tarumã-Açú não possui recurso algum, e
218 que deseja apresentar um material a altura desses eventos, especialmente no



219 Fórum Nacional e no Fórum Mundial de Águas. O Presidente do CERH, Marcelo
220 Dutra, indagou então qual o roteiro que irá compor essa produção. O Sr. Sérgio
221 Miranda (CBH-TA), comentou que essa produção é um vídeo no qual vem
222 trabalhando na Bacia do Tarumã em parceria com a UEA, UFAM, INPA, Fundação
223 Vitória Amazônica, entre outras instituições, para apresentar no Fórum Mundial de
224 Águas e nos demais eventos que irá participar, e usará esse vídeo para veicular o
225 máximo de vezes que puder para divulgar as ações do Comitê, sobre os avanços
226 alcançados, assim como as dificuldades encontradas, revelando que já possui cerca
227 de 80% das imagens, desde quando o mesmo deixou de ir a campo por falta de
228 condições, comentando sobre um evento realizado anteontem que gerou uma
229 repercussão muito interessante junto com o Observatório da Região Metropolitana,
230 podendo apresentar alguns gráficos que representam focos de queimadas nos
231 últimos dez anos, assim como a abertura de ramais no mesmo período, a ocupação,
232 depredação, e etc, que estão muito bem representadas em mapas temáticos,
233 entretanto, o trabalho que vinha sendo realizado era in loco, mas, infelizmente, não
234 pôde dar continuidade a esse acompanhamento junto às comunidades, revelando
235 que gostaria de atualizar e concluir as imagens e depoimentos, assim como a
236 edição, que é a parte mais cara do trabalho. Foi passada a palavra a representante
237 da FIEAM, Renée Veiga, comentou sobre uma situação que vem ocorrendo
238 repetidamente, e que entende ser do interesse tanto do Conselho, quanto do Sr.
239 Sérgio Miranda (CBH-TA), que, inclusive, abrange a situação jurídica do Comitê do
240 Tarumã-Açú, pois que vem sendo percebido, e já foi citado em mais de uma reunião,
241 que o Comitê em questão se resume exclusivamente ao Sr. Sérgio Miranda, sendo
242 interessante colocar essa situação em debate no CERH, até mesmo em virtude do
243 arcabouço jurídico que rege a matéria, pois não é possível a subsistência do Comitê
244 de uma única pessoa, afirmando que já colocou essa situação para o Sr. Sergio
245 Miranda algumas vezes, assim como pelo menos em duas reuniões do Conselho, e
246 que ofereceu ajuda inúmeras vezes para revisar o Regimento Interno e colaborar em
247 outras ações, bem como disponibilizou espaço físico na FIEAM para as reuniões do
248 CBH-TA. Enfatizou que, no entanto, as tratativas não avançaram por uma série de
249 questões, dentre elas uma situação que é preferível não detalhar apesar de ser do



250 amplo conhecimento de todos mas que se resume no fato de que a diretoria e os
251 demais membros do Comitê estão desertando, sendo colocado no Seminário citado
252 pelo representante do Comitê de Bacia do Tarumã-Açú, por diversas vezes, a falta
253 de apoio da SEMA, do IPAAM, e do Conselho de forma geral, endossando que,
254 como conselheira, já comentou com o mesmo que é preocupante o fato do Conselho
255 não ter ciência do que realmente está acontecendo dentro do Comitê, devido a
256 delegação ser formada, por Regimento, por um colegiado, não podendo ser gerido
257 apenas por uma pessoa, existindo um processo específico para cada situação,
258 inclusive a saída de membros por qualquer motivo que seja, o que torna necessário
259 verificar a legislação, já sabendo, inclusive, que a própria Assembleia Legislativa
260 formou uma espécie de “junta provisória” para tentar auxiliar o Comitê, enfatizando
261 que realmente é importante colocar essas situações, mas que a ALEAM não tem
262 condão de substituir a diretoria, em virtude das disposições do Regimento em
263 vigência, solicitando também, que o mesmo explicasse como está sendo feita a
264 convocação dos membros para as reuniões ordinárias, uma vez que a validação das
265 ações do CBHTA, tanto pelo Plano Estadual, como pelo Plano Nacional, depende da
266 aprovação por um colegiado, o que faz necessário que exista, de fato, a
267 comprovação de que esses membros foram convocados, se compareceram, ou se
268 justificaram, registrando que, em sua opinião, seria importante até mesmo convocar
269 uma reunião extraordinária para colocar essas questões em debate, já que o Comitê
270 de Bacia só pode ter apoio, em sua visão, tanto do Conselho quanto, principalmente,
271 da SEMA, se houver de fato e de direito o cumprimento às questões juridicamente
272 aplicáveis, não podendo o dinheiro público ser utilizado para apoiar um Comitê de
273 um “homem só”, justificando que, por mais que o trabalho realizado até aqui tenha
274 sido relevante, seja indo a campo ou buscando as atividades vinculadas ao CBH-TA,
275 o Comitê não pode subsistir com um representante único, solicitando que os demais
276 Conselheiros se manifestem sobre o assunto. O Presidente do CERH, Marcelo
277 Dutra, lembrou que o tema discutido no momento ainda era sobre a viagem de dois
278 membros do Conselho para participar do Fórum Mundial das Águas, tendo até o
279 momento como inscritos o conselheiro da SEDUC, Prof. Valdemir; o representante
280 da CPRM, Carlos Aguiar; e o representante do Comitê de Bacia do Tarumã-Açú,



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

281 Sérgio Miranda. Em seguida, pausou os assuntos em pauta para acatar a sugestão
282 da representante da FIEAM, Renée Veiga, para discutir a questão levantada quanto
283 ao Comitê de Bacia do Tarumã-Açú, franqueando a palavra ao Sr. Sérgio Miranda
284 (CBH-TA), para que apresentasse contraponto às questões suscitadas quanto às
285 atividades do Comitê. O Sr. Sérgio Miranda, afirmou que a questão envolvendo o
286 Comitê se resume simplesmente no fato de que o mesmo não tem recurso, sendo
287 essa situação do amplo conhecimento de todos e que existe um protocolo quando o
288 recurso vem direcionado para a SEMA, tendo ciência, e esperando que seja
289 idealizado juntamente com o Comitê, de que a Secretaria definirá o momento para
290 utilizar esse recurso importantíssimo para o fortalecimento do mesmo. Com relação
291 à questão envolvendo a diretoria, disse que esse é um assunto interno, devendo, em
292 sua opinião, ser debatido, e tendo a ata recentemente aprovada pelo Conselho,
293 onde lhe foi feito um convite para apresentar sobre as ações do Comitê, uma
294 explanação de tudo o que o Comitê de um “homem só” – citando a expressão usada
295 pela Conselheira em sua intervenção- vinha fazendo, endossando que não poderia
296 paralisar seus trabalhos apenas por falta de uma diretoria atuante, sendo que,
297 apenas em novembro o Secretário Executivo do Comitê finalmente respondeu à
298 segunda solicitação oficial, explicando que a SEMA se manifestou afirmando que
299 aquele secretário não teria e nem nunca teve condições devido a suas atribuições
300 para exercer essa função dentro da Secretaria Executiva do Comitê, e, tomando por
301 base essas informações, não poderia simplesmente parar as atividades do Comitê
302 em virtude do representante da SEMA ser impossibilitado de atuar devido às suas
303 atribuições, da mesma forma que o Vice-Presidente da Faculdade Dom Bosco
304 também nunca pôde atuar, tendo declarado diversas vezes que atuaria e apoiaria o
305 Comitê de dentro da faculdade apenas, tendo, em sua opinião, trocado a prioridade
306 do Comitê para ir fazer pós-doutorado, reafirmando que não poderia paralisar as
307 atividades que vem exercendo pelo Comitê apenas pela falta de comprometimento
308 de sua diretoria, enaltecendo que as relações que o Comitê possui atualmente são
309 fruto da continuidade do seu trabalho, independente se tinha ou não um secretário,
310 diretor, deixando claro que na última reunião está constado em pauta, que foi
311 aprovada da mesma forma que foi observada pelo mesmo naquele momento,



312 declarando que a falta de apoio se dá porque disse existir um projeto com um
313 universo de atribuições para tentar fazer algo pela Bacia do Tarumã, mas que não se
314 tem condições, tendo sido colocado também naquela pauta que a gestão estadual
315 de meio ambiente anterior, à época disse que apoiaria o Comitê, possibilitando que
316 o representante fosse semanalmente a campo dar continuidade aos trabalhos do
317 Comitê, além de fornecer veículos, e um espaço físico onde pudesse receber
318 convidados e definir projetos. Declarou que após a nova gestão assumir a SEMA,
319 informaram que não seria mais possível fornecer esse apoio, que não teria – em
320 suas palavras- abre aspas “nem mais uma folha de papel da secretaria”, e que ele
321 simplesmente como não tinha mais apoio, ficou perdido; porém, disse entender que
322 isso não é uma obrigação do ponto de vista de interpretação de cada gestão, não
323 importando se receberá ou não esse apoio, e sim as soluções para resolver o que
324 pretende fazer a frente do Comitê. Voltando à questão da diretoria, comentou que já
325 naquela época apresentava suas observações, confirmando que realmente foi
326 constituída uma Comissão Provisória, cuja Presidente está presente na reunião, que
327 é a Conselheira Solange Damasceno (CRBio), ratificando que assim foi possível
328 avançar consideravelmente, se comparado ao período da diretoria inerte, já tendo
329 iniciado inclusive uma revisão do Regimento, que já está bem adiantada, e uma
330 previsão de eleição de novos membros para a diretoria, não vendo assim o porquê
331 do Conselho não apoiar o que já está sendo feito, endossando que o Comitê é de
332 suma importância para o Estado, tanto que o mesmo está no cronograma do
333 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como um órgão que faz
334 parte desse sistema, indagando porque somente agora, com o PROCOMITE
335 aprovado e que será perfeitamente aceitável, não concordando novamente, mas não
336 discutindo, solicitando apenas que haja um apoio de continuidade ao projeto, que,
337 em seu entendimento, deveria tentar ser mais conhecido de todos, para que o
338 Estado, a FIEAM, ou qualquer outra entidade possa auxiliar, porém, não irá ficar
339 pedindo esse auxílio a ninguém. A Conselheira Renée Veiga (FIEAM), afirmou então
340 que a FIEAM já se colocou a disposição, e o citado não aceitou a ajuda, tendo
341 inclusive colocado o espaço físico da Federação à disposição. O Sr. Sérgio Miranda
342 (CBH-TA), respondeu que espaço físico para se reunir o Comitê possuem vários, já



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

343 uma série de projetos, que em sua opinião, é de suma importância à participação de
344 outras instituições, por exemplo, na participação no Fórum Mundial de Águas, é, em
345 sua visão, de um descaso muito grande, revelando que após esse evento, será
346 realizado no Estado, por iniciativa do Comitê do Tarumã, o Encontro da Amazônia
347 Legal, para discutir os problemas que os países fronteiriços estão causando ao
348 recursos hídricos, que é uma demanda vinda do INPA, da CPRM, da UFAM, da
349 UEA, citando novamente que está solicitando apoio do Conselho para resolver
350 essas questões. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, pediu então a palavra,
351 iniciando pelo regimento interno do Comitê de Bacias Hidrográfica do Tarumã-Açu,
352 onde, no Art. 1º, ele diz claramente “o comitê de bacia hidrográfica do Rio Tarumã-
353 Açu, doravante designada simplesmente comitê, é Órgão colegiado”, não tendo,
354 portanto legitimidade em ser um homem só; no artigo 6º coloca-se o seguinte “para o
355 comitê assegurar a paridade entre o poder público, o setor de usuários, a sociedade
356 civil, será composto pelas seguintes organizações: SUFRAMA, SIPAM, UFAM,
357 INPA, EMBRAPA, COIAB, SEJEL, SDS, IPAAM, FEPI, SEDUC, AMAZONASTUR,
358 SEMDEL, SEMMAS, ÁGUAS DO AMAZONAS, MANAUS ENERGIA, ULBRA,
359 NILTON LINS, FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO, RECOFARMA,
360 FUNDAÇÃO FLORESTA VIVA AMAZONAS, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA
361 COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA
362 HOTELEIRA, INSTITUTO INTERNACIONAL AMAZÔNIA VIVA, REDE AMAZÔNIA,
363 UNI LA SALLE, AMAZON SAT, e ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO PAU-
364 ROSA”, salientando que, enquanto Secretário, nunca viu uma convocatória do
365 Comitê, tendo solicitado, os projetos citados, aos quais também não teve acesso.
366 Enfatizou que foi citado falta de apoio, porque, nas palavras do Conselheiro Sergio
367 Miranda (CBH-TA), a SEMA anteriormente lhe proporcionava um espaço físico,
368 veículo, combustível, mas que não fez parte da gestão anterior, e que, na sua
369 gestão, se pautaria por atos de probidade e respeito às leis, advertindo quanto às
370 possíveis responsabilizações legais oriundas da utilização de bens e recursos
371 públicos para fins diversos dos previstos no ordenamento jurídico, não sendo
372 possível utilizar os bens sem que houvesse claro detalhamento dos projetos e não
373 houvesse o aval de um Comitê colegiado, na forma regimental. Ressaltou que está



374 em processo de revisão dentro da Secretaria o apoio anteriormente fornecido, para
375 fins de identificação do atingimento dos objetivos propostos dentro dos projetos aos
376 quais se relacionavam, lembrando que havia uma promessa por parte do
377 Conselheiro representante do CBHTA, Sergio Miranda, de que até o dia 19 de
378 novembro haveria uma composição do Comitê e sua diretoria, o que, até o
379 momento, não foi efetivamente apresentado, em que pese as cerca de duas
380 reuniões mensais para exigência de apoio institucional. Salientou que é necessária a
381 composição da Diretoria e do colegiado do Comitê para que o CBHTA de fato e
382 direito possa existir, uma vez que referido colegiado é necessário para a validação
383 de todas as ações que venham a ser desempenhadas, solicitando, em seguida,
384 apoio da OAB para assessoramento do Conselho em relação aos trâmites legais. A
385 Conselheira Renée Veiga (FIEAM) comentou que há algumas reuniões posteriores,
386 se colocou, enquanto representante da FIEAM, totalmente à disposição, não só do
387 Comitê do Tarumã, mas também do Comitê da Bacia do Puraquequara, inclusive,
388 como operadora do direito, para auxiliar na revisão do Regimento Interno, tendo
389 todas essas situações gravadas em áudio e por imagem. Destacou que a FIEAM é
390 órgão privado e que, por isso, possui condição mais flexível que a de um órgão
391 público, como, no caso, a SEMA, reafirmando que foi a cerca de duas reuniões para
392 tratar da questão envolvendo o Regimento e, infelizmente, as conversas não
393 evoluíram, sendo que esse Regimento necessita ser atualizado, principalmente com
394 relação a composição, já que o mesmo não pode ser composto da maneira que é
395 atualmente, tendo assim lhe colocado, à época, várias questões que precisam ser
396 revistas, não sendo posteriormente convocada para outras discussões sobre esse
397 tema, apesar de sempre estar à disposição. Ratificou que nas vezes em que
398 solicitou o uso do espaço físico da FIEAM, o Conselheiro representante do CBHTA,
399 Sergio Miranda, sempre foi atendido, apesar de nem sempre ser cordial com os
400 funcionários da Federação e, inclusive, com a própria representante, reafirmando
401 que a Federação tem total interesse em colaborar com a gestão desses Comitês,
402 sendo necessário, porém, que o Comitê em questão esteja legitimado, revelando
403 que se sentiu desrespeitada no Seminário citado anteriormente pelo Conselheiro
404 Sergio Miranda (CBH-TA), quando o mesmo colocou que não havia apoio por parte



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

405 da SEMA e nem do CERH, uma vez que essa situação já foi colocada dentro do
406 Conselho, tendo sido solicitado que se prestassem contas pela gestão, já que a
407 problemática em relação ao esvaziamento da diretoria do Comitê foi levantada,
408 enfatizando que é necessário que esse órgão continue atuando como colegiado.
409 Destacou, entretanto, que atualmente, o mesmo não possui validade jurídica por não
410 atuar como colegiado. Ressaltou as várias tentativas de contato com o Conselheiro
411 Sergio Miranda (CBH-TA), desde o ano anterior, seja por mensagens por whatsapp,
412 por telefonemas, porém, só conseguiu contato durante o Seminário citado, afirmando
413 que, nem como FIEAM, nem como Conselheira, irá apoiar que o Comitê de “um
414 homem só” continue atuando desta forma, sendo que o mesmo possui obrigação
415 legal de ser colegiado. O Conselheiro Sérgio Bringel (CRQ) comentou, então, que
416 participou da história dos dois Comitês, e sugeriu ao Sr. Sérgio Miranda (CBH-TA),
417 quando lhe foi revelada a situação de falta de diretoria, que o mesmo comunicasse
418 ao Conselho e realizasse imediatamente novas eleições para regularização do
419 Comitê, tendo o mesmo comunicado essa situação em sessão, sendo, portanto,
420 decidido que seriam realizadas novas eleições para diretoria, não entendendo o
421 motivo dessa eleição não ter sido realizada, estando assim, em sua visão, ilegal,
422 além de não estar cumprindo o que determina o regimento interno, como já
423 amplamente informado. O Sr. Augusto Cabral dos Anjos (OAB/AM), afirmou que a
424 OAB comunga da mesma preocupação citada pela representante da FIEAM, Renée
425 Veiga, a respeito do funcionamento dos comitês, causando inclusive certo incômodo
426 pela entidade não haver entrado anteriormente nessas questões, devendo agora
427 procurar soluções definitivas, já que é necessária transparência em processos que
428 representem o interesse público, principalmente quando se toca na questão do uso
429 dos recursos públicos ou estruturas do poder público, revelando que, no caso da
430 Comissão Especial de Direito de Águas da Ordem dos Advogados do Amazonas, é
431 feito questão de que tudo esteja registrado em ata para eventual consulta posterior,
432 sendo solicitada toda a documentação dos representantes que estão atuando em
433 nome do poder público, e de tudo que eles fizeram, seja no uso da estrutura pública,
434 no desempenho de suas atividades, e logicamente, na adequação dos recursos
435 utilizados com a legislação que couber, a nível municipal, estadual, e federal. Em



436 seguida, a Conselheira representante do CRBio, Solange Damasceno, falou na
437 condição de presidente da Comissão Provisória que em sua visão, é de intervenção
438 no Comitê, destacando que, em dezembro, participou de reunião para a qual não
439 havia sido formalmente convocada, mas que, considerando o assunto e a ciência de
440 que a mesma ocorreria, decidiu comparecer, tendo como assunto a reunião plenária
441 do Comitê de Bacia. Disse que durante a reunião a qual se refere o representante do
442 CBHTA, Sergio Miranda, foi citado essa situação de que não existia mais uma
443 diretoria e que, por isso, não tinha a legitimidade de uma nova diretoria composta
444 com ele, que foi eleito em Plenário. Destacou que dentro do Regimento do Comitê
445 há previsão de que, quando a figura do Secretário Executivo do Comitê abre
446 vacância, pode ser criada uma comissão provisória, que é legítima. Disse fazer parte
447 de tal Comissão, formada na mencionada reunião que, no seu entendimento, é uma
448 intervenção para atuar neste sentido. Informou que no dia seguinte aconteceria a
449 sétima reunião desta Comissão com o fito de fazer a revisão do Regimento, mais
450 precisamente no que tange à atualização dos membros, porque o Comitê passou
451 pelo vácuo de 6 anos sem atuar, lembrando que, dentro do seu próprio Regimento,
452 está delineado que, com três faltas consecutivas ou quatro alternadas, as
453 instituições estão fora deste Colegiado e que, se considerar a atuação dos últimos 6
454 anos, todas as instituições não mais comporiam o CBHTA. Sendo assim, destaca
455 que, partindo da questão da necessidade urgente de se colocar aquelas instituições
456 que estão previstas no Diário Oficial para que elas se posicionem quanto à
457 continuidade ou não de sua participação no Comitê, também foram averiguadas as
458 demais situações envolvendo os pedidos de assento por parte de outras instituições
459 de todos os três setores que se interessaram em participar do comitê. Disse que
460 durante a reunião a qual se refere, o representante do CBHTA, Sergio Miranda, foi
461 citado por essa situação de que não existia mais uma diretoria e que, por isso, não
462 tinha a legitimidade de uma nova diretoria composta com ele, que foi eleito em
463 Plenário. Comentou então que esse trabalho está sendo realizado com o apoio da
464 SEMA por meio do auxílio da Marcele, Ayub, e Yuri, com o Ayub sendo eleito em
465 uma das reuniões da comissão como relator, colaborando assim com um auxílio
466 para a Comissão, revelando que seu papel é realizar convocações e presidir



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

467 reuniões, e que estão sendo enviados ofícios para as instituições, citando como
468 exemplo, que semana passada esta distribuição foi feita por carro da SEMA, para
469 legitimar a convocação e para que não haja precedência jurídica. Comentou então
470 que foi gerente de recursos hídricos por seis anos no Governo, e ajudou a constituir
471 esses colegiados, e que possui o documento oficial da SEMA abrindo mão do cargo
472 de Secretaria Executiva, além de que, insistentemente, solicitou a Faculdade
473 Salesiana Dom Bosco para que ela se posicionasse quanto a Vice-presidência do
474 Comitê, que não respondeu em um primeiro momento, porém na segunda tentativa
475 confirmou que não havia mais interesse, assim como ocorreu no caso da SEDUC,
476 que ocupava a Vice-Secretaria Executiva, concordando que há três cargos na
477 diretoria de fato, e de direito somente a instituição representada pelo Sr. Sérgio
478 Miranda (CBH-TA), afirmando que na reunião de amanhã será considerado o
479 Regimento já revisado, que ainda possui muitas falhas, necessitando que um jurista
480 avalie detalhadamente, comentando que no país há pelo menos cento e noventa e
481 sete comitês de bacia, demonstrando que não é aceitável que o Estado do
482 Amazonas, por sua importância no tema, destacando que a Comissão Provisória
483 possui um prazo de sessenta dias, porém, mesmo com os trabalhos para revisão do
484 Regimento bastante adiantados, devido a viagem para participação do Fórum
485 Mundial de Águas, solicitou em consenso que sejam esperados mais alguns dias
486 para que o relatório seja fechado, uma reunião plenária para aprovação do que foi
487 ajustado no Regimento, e, apesar do Sr. Sérgio Miranda (CBH-TA), não concordar,
488 colocará em plenário que ou serão compostos os restantes dos cargos que estão
489 vagos na diretoria, ou será realizada uma nova eleição, acreditando, em sua visão,
490 que existem as duas possibilidades. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra,
491 destacou que à Comissão Provisória instituída de acordo com o art. 21, §5º, do
492 Regimento, incumbem diversas missões, dentre as quais, no caso de afastamento
493 definitivo do secretário executivo, por qualquer motivo, a responsabilidade de
494 assumir tal função, lendo, em seguida, o dispositivo mencionado, lembrando do
495 prazo máximo de sessenta dias para empossar a nova diretoria executiva, bem
496 como para iniciar a reformulação do Regimento. Lembrou que todos os membros do
497 CBHTA devem ser convocados para discutir a posse da nova diretoria executiva, de



498 acordo com as disposições regimentais, trazendo a baila o questionamento sobre a
499 validade jurídica das ações adotadas pelo Comitê em dissonância à estipulação de
500 que todas as ações devem ser validadas anteriormente pelo colegiado, inclusive
501 quanto à validade jurídica da comissão à frente da qual está a Sra. Solange,
502 lembrando da importância de uma leitura jurídica sobre o assunto, se debruçando no
503 estudo das normas legais que regem o tema, sob pena da nulidade futura das
504 ações, em que pese todo o esforço desempenhado pela Comissão provisória. Sobre
505 os recursos recebidos pela SEMA e advindos do PROCOMITE, disse que os
506 mesmos serão gastos em estrita observância à legalidade, conforme estipulação do
507 Convênio firmado com a ANA. A representante do CRBio, Solange Damasceno,
508 respondeu que a decisão foi tomada porque não havia legitimidade, já que o Comitê
509 não tinha participação das instituições, citando, por exemplo, que na reunião
510 passada haviam no máximo quatro instituições, sendo assim, apesar do
511 descomprometimento das instituições envolvidas, foi preferível atuar dessa forma
512 para chamar essas entidades e ver a questão da legalidade da diretoria para poder
513 passar para a segunda questão, que seria a chamada para uma nova diretoria. O
514 Presidente do CERH, Marcelo Dutra, propôs como encaminhamento que a Sra.
515 Renée Veiga (FIEAM), sintetizasse as propostas já elaboradas pelos demais
516 Conselheiros em uma única, considerando a convergência de todas, para, em
517 seguida, proceder à votação. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro da
518 SEDUC, Valdemir Ferreira, que colocou a situação específica dos dois
519 representantes da SEDUC no CBHTA, nominando os Srs. João Marcelo e Diana
520 Veras, que também questionaram a falta de publicidade das ações do Comitê de
521 Bacia, bem como da ilegitimidade das ações adotadas na ausência do colegiado, da
522 mesma forma já colocada pela representante da FIEAM, Renée Veiga. Ressaltou
523 sua perplexidade ante a afirmação do Sr. Sergio Miranda (CBH-TA), de que um dos
524 representantes da SEDUC não participava em razão de ter iniciado pós-doutorado.
525 Destacou a falta de publicidade das ações do Comitê e, inclusive, das convocações
526 para as reuniões do Comitê, o que tornava no mínimo preocupante essa situação da
527 legitimidade por ausência do Colegiado para avaliar as ações, sendo salutar que o
528 Presidente do Conselho intervenha para que, de fato, se saiba quem compõe o



529 CBHTA, pois hoje não tem mais ninguém exceto o Sr. Sergio e, na qualidade de
530 representante do órgão público, necessita de informações concretas para subsidiar
531 suas decisões e a adoção dos posicionamentos em nome da SEDUC, até para que
532 se tenha um respaldo futuro. Logo após, foi passada a palavra ao Conselheiro Prof.
533 Dr. Carlossandro Carvalho (UEA), destacou que, como foi dito na reunião para
534 reestruturar o conselho no auditório da CPRM, e aí a Solange quando diz que se
535 passaram praticamente seis anos de vácuo e de inexistência do Comitê, é de se
536 preocupar, concordando com o comentário da Conselheira representante da FIEAM,
537 Renée Veiga, de que não pode ter um comitê de uma pessoa só, sendo realmente
538 errado, pois o órgão é um colegiado, sendo que, temos uma legislação, que fala
539 sobre a política estadual, preocupando como trabalhar esse fortalecimento, e
540 endossando que é necessário seguir o Regimento que hoje está vigente para se
541 reestruturar o Comitê. Em seguida, usou da palavra o Conselheiro representante do
542 CRQ, Sérgio Bringel, lembrando que foi citado que a Sra. Solange assumiu a
543 presidência de uma comissão ilegal, ressaltando que quem faz uma intervenção é a
544 plenária do Conselho Estadual, não tendo essa comissão validade para modificar o
545 Regimento e nem assumir a presidência do Comitê, afirmando que é realmente sério
546 o que acontece com o Comitê do Tarumã-Açú, reconheço que o trabalho do Sérgio é
547 maravilhoso, que o mesmo se dedica, busca, discute, em prol do Comitê, mas fica o
548 caso da legalidade que já foi conversado anteriormente em um primeiro momento,
549 quando foi suscitada uma nova eleição e até hoje não fez, porém, nomeou uma
550 comissão para intervir, demonstrando que, em sua opinião, há alguma coisa errada
551 no Comitê em questão, já que batalhou muito pelos Comitês, desde o início,
552 lembrando que o Tarumã-Açu nasceu de uma briga que teve com a Secretaria da
553 época, e, após isso, o mesmo foi fundado, tendo inclusive a Sra. Solange participado
554 desses debates, salientando que, em sua visão, as atuações dessa Comissão estão
555 indo de encontro com o que determinou o Conselho. O Presidente do CERH,
556 Marcelo Dutra, disse considerar encerradas as inscrições para fazer uso da palavra,
557 que seja possível dar os encaminhamentos necessários, bem como para que o
558 representante do MMA possa finalizar sua participação e cumprir com a agenda pré-
559 determinada. Em seguida, passou a palavra ao Coronel Denis Sena, Secretário



560 Adjunto da SEMA, que, cumprimentando os presentes, disse que falaria também
561 como operador do direito e professor de Direito Constitucional, citando, a seguir, as
562 palavras do doutrinador Arruda Alvim, grande jurista nacional, que diz que ter razão
563 não é ter direito e que as razões não se confundem, mas que quem tem direito, tem
564 razão. Destacou a boa intenção do representante do CBHTA, Sergio Miranda, mas
565 que isso não seria suficiente para validar as ações feitas à revelia da norma, pois no
566 afã de resolver as situações, muitas vezes o direito é atropelado, pois quando se faz
567 o preenchimento teratológico de maneira inadequada, estamos criando um objeto
568 jurídico geneticamente modificado e incapaz de produzir os efeitos legalmente
569 esperados, criando, desta forma, ilegalidade patente e que não permite interpretação
570 que não seja aquela oriunda do ordenamento jurídico. Ressaltou a necessidade de
571 se interpretar o conjunto da situação jurídica, pois a não observação do conjugado
572 sistêmico das normas provoca o esvaziamento do objeto e a ilegalidade da ação,
573 não sendo possível a criação do que nomeou de “atalhos legais”, sob pena da
574 instabilidade jurídica institucional que não pode ser aceita. Destacou que é
575 necessário observar o primordial resguardo à legalidade, transparência e moralidade
576 administrativa, não sendo possível ao Conselho compactuar com o que não está
577 correto e juridicamente perfeito. O Sr. Almério Augusto Cabral dos Anjos (OAB/AM),
578 que declarou que foi dito anteriormente acerca de vácuo de poder, porém, não
579 entende que existe vácuo de poder, sendo isso apenas uma questão verbal dentro
580 da política e do poder imperativo da Lei, solicitando em seguida ao Presidente do
581 CERH, Marcelo Dutra, o encaminhamento para votação que a PGE se manifeste
582 formalmente acerca dessa situação. O Coronel Denis Sena, Secretário Adjunto da
583 SEMA, enfatizou que a função pública não permite que se cometa excessos, se
584 submetendo ao império da lei, a todo um conjunto legislativo, não só no que diz
585 respeito ao Regimento, mas a todo o arcabouço jurídico vigente, e que eventuais
586 falhas devem ser corrigidas, inclusive no que tange ao Comitê funcionando de forma
587 unilateral, sem a observância das normas regimentais às quais o Comitê está
588 vinculado. Em seguida, a representante da FIEAM, Renée Veiga, atendendo ao que
589 foi solicitado pelo Presidente do CERH, Marcelo Dutra, sintetizou as propostas
590 expostas pelos Conselheiros, ressaltando que, considerando o regimento do



591 Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a necessidade que se impõe ao caso
592 concreto de agir em consonância estrita com a legislação vigente, a proposta final é
593 de que seja formada Câmara Técnica específica, no âmbito do Conselho, em regime
594 de urgência, que deverá reunir-se ainda na semana em curso, para analisar a
595 situação em questão, com a suspensão imediata da gestão do Comitê de Bacia
596 Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu, devendo a Câmara Técnica formada trazer de
597 forma clara e objetiva para a próxima reunião do CERH, que será convocada
598 extraordinariamente, a situação de fato e de direito do CBHTA, com as propostas
599 formuladas para a atuação do Comitê em consonância com o Regimento e a
600 legislação, pedindo a intervenção, caso necessário, da PGE. O Presidente do
601 CERH, Marcelo Dutra, então, procedeu à leitura do §1º, art.22, do Regimento do
602 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que dispõe sobre a possibilidade de
603 criação de novas câmaras técnicas para atender as demandas que porventura
604 surjam e cujo tema seja recursos hídricos, dependendo, para tanto, de deliberação
605 da plenária. O Conselheiro representante da Faculdade La Salle, Alvimar D'Agostini,
606 cumprimentou a todos, ressaltando que já participa do Conselho há algum tempo e,
607 em sua opinião, ambos os lados tem certa razão, porém, a grande preocupação é
608 que, daqui a um determinado tempo, esse assunto será novamente abordado,
609 porque pôde perceber que ao longo do tempo, os Comitês não conseguem
610 sobreviver, não sabendo ao certo o motivo exatamente, entretanto, em sua visão, o
611 grande problema é que as instituições não assumem realmente o compromisso, não
612 levando adiante, observando que muitas vezes os Presidentes de Comitês ficam
613 sozinhos batalhando na comunidade, tentando realmente dar sentido a uma coisa
614 estarmos aqui em uma sala fazendo discursos, sendo outra coisa bem diferente lá
615 na ponta, onde os problemas realmente acontecem, dando a impressão de que os
616 Comitês ficam reduzidos exatamente porque os participantes precisam deixar de
617 trabalhar seus compromissos, se reunir, muitas vezes tendo que tirar do próprio
618 bolso para participar da reunião ou fazer algo, concordo, claro, com o aspecto legal,
619 que tem que ser observado, entretanto, também temos que analisar as questões
620 práticas e, como convidado a participar desses Comitês, questiona como eles
621 sobrevivem. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, destacou que não se está



622 colocando em pauta o comportamento pessoal do atual Presidente do CBHTA, mas
623 tão somente a questão da legalidade das ações do CBHTA nas atuais condições,
624 em se considerando o arcabouço jurídico que rege o assunto e os aspectos
625 normativos aplicáveis ao caso, ressaltando a necessidade estrita de observância a
626 estes, começando pelos Regimentos do Comitê e do Conselho. O Sr. Sergio
627 Miranda (CBH-TA), agradeceu pela oportunidade de estar na reunião, ressaltando
628 que, em sua opinião, o comentário do representante do La Salle foi o mais sóbrio a
629 respeito da realidade de um Comitê feito até o momento hoje por um membro do
630 Conselho, se sentindo na necessidade de lembrar ao Conselho que foi conduzido à
631 presidência para reativar o Comitê, sendo conduzido depois de um período de seis
632 anos, como todos conhecem, de paralisação de 100% total, abandono total, de
633 trabalho, atribuições do comitê, pois se calcular são quatro reuniões anuais,
634 percebendo que na primeira convocação a própria diretoria já não participa, e, na
635 tentativa de uma segunda reunião, passou-se um semestre e essa diretoria continua
636 inativa aí ao buscar ajuda, mesmo trabalhando sozinho no Comitê, não obteve
637 auxílio até o momento, mesmo que tenha procurado o Conselho ou o próprio
638 Secretário na época, e o mesmo diz fique à vontade, o Conselho tem que acatar
639 essa preocupação, sendo que foi apresentado aqui esta situação, porém, antes de
640 apresentar essa preocupação, foram apresentadas ações que o Comitê estava
641 fazendo, repetindo que a questão de ter sido rotulado, e enfatizando novamente que
642 esse é realmente o rótulo adequado, Comitê de “um homem só” não foi uma opção
643 sua, e se foi dada continuidade ao trabalho é devido ao seu compromisso, que foi
644 exatamente de reativar o Comitê, e, em seu ponto de vista, a Comissão Provisória
645 não é uma intervenção, mas sim uma forma de deliberação colegiada interna do
646 Comitê, estando novamente em outra reunião do Conselho e expondo novamente
647 essas circunstâncias, sendo que essa reunião agora é para tratar da questão
648 envolvendo a revisão do Regimento, para rever esses seis a dez anos que constam
649 nesse estatuto como membro, mas que não aparecem, como membros que inclusive
650 já faleceram e instituições que deixaram de existir oficialmente. Afirmou então que,
651 realmente, o Comitê possui esse problema, e, em seu segundo ano, continua tendo
652 a mesma questão, e caso alguém indague o porquê de se ter passado um ano



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

653 inteiro sem mudanças, as recentes trocas no Governo Estadual comprometeu toda a
654 estrutura mínima que foi fornecida ao Comitê, porque, para se fazer as atividades do
655 mesmo sem o apoio que a época foi dado se torna muito complicado, repetindo que
656 não está cobrando, mas sim, está agradecido, lembrando que os momentos de
657 apoio, que desde a troca de Governo para se convocar as pessoas, passaram, na
658 atual gestão, a ter que se reunir em um espaço alugado, tendo que usar o seu
659 próprio telefone para entrar em contato com as pessoas, além de ter que utilizar o
660 seu próprio veículo, não entendo assim o motivo o porquê é um absurdo o Comitê
661 ter chegado a esse ponto, afirmando que ele não chegou nesse ponto, ele está
662 nesse ponto a mais de sei anos, tendo tentado reverter essa situação desde quando
663 assumiu, entretanto, infelizmente, ressaltou que sua diretoria foi composta por um
664 secretário executivo simplesmente não participava, não podendo simplesmente
665 retirá-lo, e mesmo assim a missão continua sendo cumprida, no entanto, está sendo
666 penalizado agora apenas porque a situação é essa, sendo difícil aceitar que é tão
667 fácil dizer que se está fugindo aos olhos da Lei, revelando que sua preocupação
668 está em alta, e que poderá ser chamado futuramente por uma questão legal do que
669 está acontecendo, mas isso não é resultado de uma opção, muito menos é resultado
670 de ações de sua parte, reafirmando ao Conselho que as questões envolvendo o
671 colegiado da Comissão Provisória já estão em andamento, declarando que, em sua
672 opinião, acha desnecessário a criação de uma Câmara Técnica para simplesmente
673 anular o que já está sendo feito dentro Comitê, porque é algo que está sendo feito
674 por uma decisão colegiada, por mais difícil que esteja para se realizar isso dentro
675 dos olhos da Lei, é necessário convocar todos os membros e tirar do documento
676 atual os que estão defasados, reafirmando que seu trabalho está dentro da
677 legalidade e que busca apenas como fazer o comitê funcionar da melhor forma,
678 sugerindo que deve se aprovar uma prorrogação de prazo para que a Comissão
679 Provisória, que não é interventora, pois intervenção é algo que vem de fora e não de
680 dentro, vem realizando um trabalho de colegiado, não de intervenção, já que dentro
681 do Comitê há uma definição de ações colegiadas para poder ter um Comitê ativo,
682 com influência na comunidade, no Estado, e no país, ainda mais com esse recurso
683 de Procomite, para que possamos juntos fazer o que deve ser feito de fato, porém,



684 esta percebendo que aqui existe uma condenação, pois parece que é sua culpa a
685 condução à esse caos atual, ou que deixou que isso acontecesse, reafirmando que
686 não deixou, mas sim assumiu essa missão, para modificar e fazer funcionar,
687 entretanto, sua diretoria não correspondeu como deveria, justamente agora que se
688 está a trinta dias, que é o prazo estabelecido, por conta da ida ao Fórum Mundial de
689 Águas, e aos demais eventos, solicitando que sejam dados pelo menos trinta dias a
690 mais para que se possa concluir isso e entregar o resultado ao Conselho muito antes
691 da próxima reunião, efetivando na próxima reunião os resultados práticos de um
692 colegiado definido, formado, e renovado como deveria ter sido feito no ano passado.
693 O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, agradeceu a manifestação do Sr. Sergio
694 Miranda (CBH-TA), mas disse que não pode acatar o julgamento de que apenas um
695 dos posicionamentos foi sóbrio, até mesmo porque os Conselheiros que se
696 manifestaram o fizeram com propriedade e fundamentação, pedindo, em seguida,
697 que se fizesse constar em ata que a Presidência não aceita a afirmação da não
698 sobriedade das falas dos demais Conselheiros. Por fim, ressaltou que, para fechar o
699 debate, se torna importante esclarecer que não foi tirado o veículo do CBHTA,
700 informando que o veículo está à disposição das ações do Comitê, assim como
701 demais estruturas físicas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, lembrando que
702 não só a SEMA, mas a FIEAM também, já se colocou à disposição, mas que o
703 critério para a utilização é que sejam tratados assuntos estritamente relacionados ao
704 Comitê, em consonância com a legislação vigente e Regimento, não sendo tolerado
705 uso de qualquer recurso para fins particulares. O Conselheiro Sergio Miranda (CBH-
706 TA), disse que não houve utilização de bens para benefício próprio, principalmente
707 em se tratando de veículos. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, enfatizou que
708 apoiará o Comitê, desde que constituído legitimamente de forma colegiada, tal qual
709 dispõe o Regimento do mesmo e as Políticas Nacional e Estadual de Recursos
710 Hídricos, sendo necessário que se apresente com todos os membros legalmente
711 necessários para a validação de suas ações. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra,
712 colocou em votação a proposta sintetizada, oriunda das propostas convergentes
713 apresentadas pelos Conselheiros, pedindo, mais uma vez, que a representante da
714 FIEAM, Renée Veiga, sintetize a proposta a ser votada de forma clara para a perfeita



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

715 compreensão de todos os Conselheiros. Em seguida, lembrou que a proposta
716 apresentada pelo Sr. Sergio Miranda (CBH-TA), se encontra como proposta
717 divergente, na qual poderá ser votada através do NÃO de quem discordar da
718 proposta a ser apresentada. Franqueada a palavra à Conselheira representante da
719 FIEAM, Renée Veiga, que sintetizou a proposta a ser votada da seguinte forma:
720 Criação de Câmara Técnica específica no âmbito do CERH, a reunir-se no máximo
721 até sexta-feira, para que não haja lapso temporal muito grande sem o funcionamento
722 do CBHTA da maneira adequada, devendo a CT trazer ao Conselho na próxima
723 reunião, a ser convocada extraordinariamente, uma proposta para o prosseguimento
724 do funcionamento do CBHTA, com a intervenção, caso necessário, da PGE, nos
725 moldes propostos pela OAB. Em seguida, o Conselheiro representante da UEA,
726 Carlossandro Carvalho, disse que concorda com o Secretário Adjunto da SEMA,
727 Coronel Sena, propondo que deve-se seguir o que está na lei, ressaltando o prazo
728 previsto no Regimento do Comitê para, em até 60 dias, reestruturar a diretoria no
729 caso da ausência do Secretário Executivo, propondo como encaminhamento seguir
730 tal dispositivo, utilizando-se o prazo assinalado para nova eleição da Diretoria. O
731 Secretário Adjunto da SEMA, Coronel Sena, destacou que já se passaram os 60
732 dias, mormente se considerarmos que a reunião ocorreu em setembro de 2017,
733 portanto, enfatiza que o prazo já se exauriu, sendo ponto vencido. O Conselheiro
734 representante do CBHTA, Sergio Miranda, disse que a Comissão ao qual se refere
735 não foi oficialmente nominada como de intervenção, mas sim uma tentativa de se
736 formalizar, ao que o Secretário Adjunto da SEMA, Coronel Sena, destacou o caráter
737 jurídico da mesma, ainda que não tenha sido dado o nome que o Sr. Sergio Miranda
738 entende como sendo o aplicável, ainda mais se considerarmos que a norma não
739 deixou lacunas, uma vez que, contra fatos, não existem argumentos. O Sr. Sergio
740 Bringel (CRQ), destacou que na última reunião, salvo engano, o Conselho Estadual
741 de Recursos Hídricos determinou que fosse realizada eleição para diretoria, em
742 especial vice-presidente e secretário executivo, mas não que fosse formada uma
743 comissão para, segundo a Conselheira Solange, realizar uma intervenção,
744 destacando que, em sua opinião, se tivessem feito a eleição ao invés de nomear a
745 comissão, o problema estaria resolvido. O Sr. Sergio Miranda, falou que na reunião



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

746 passada trouxe um problema que não é apenas um problema interno do Comitê,
747 mas que trouxe para o CERH para que os demais conselheiros ajudassem a
748 resolver a questão, e que o problema é a dificuldade em reunir e,
749 conseqüentemente, para tomar decisões de colegiado, principalmente por falta de
750 estrutura, porque não tem uma equipe de escritório, uma empresa para fazer essas
751 atividades e que não adianta só dizer “você tem 60 dias para resolver isso”. O
752 Conselheiro Almério Augusto (OAB/AM), voltou a falar da importância da
753 manifestação da PGE, ressaltando a importância de caminhar em conjunto na
754 solução do caso, tomando por base a lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado
755 do Amazonas, Lei 1639/73, em especial o art. 2º, §1º, passando, a seguir, à leitura
756 do dispositivo mencionado, destacando que, por estar dentro da estrutura do Poder
757 Executivo, nada mais justo e seguro para todos os Conselheiros e para a
758 Presidência, bem como para as ações que serão tomadas daqui para frente, que a
759 PGE seja a palavra final a ser dada. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra,
760 enfatizou a necessidade de se revestir de legalidade as ações do CBHTA, através
761 da observância estrita à legislação e ao regimento, solicitando que, caso aprovada a
762 proposta convergente dos conselheiros, a Câmara Técnica apresente um
763 cronograma de atividades para um trabalho célere e eficiente, que possibilite ao
764 Comitê subsistir dentro dos limites legais e cujas ações sejam validadas pelo
765 colegiado, na forma já delineada em todo o arcabouço jurídico exposto durante esta
766 reunião. O Conselheiro representante do CBHTA, Sergio Miranda, declarou que
767 entende que o que se está sendo proposto aqui hoje é que se a diretoria só tem uma
768 pessoa, no caso o presidente do CBHTA, e que, por isso, estaria ilegal, porque
769 deveria ter toda a diretoria colegiada, então o que deve ser proposto é que se faça
770 uma intervenção no comitê e a partir daí a escolha de uma nova diretoria, ou seja,
771 que se deve seguir o que está no Regimento do comitê, que se independe da figura
772 do gestor, devendo-se convocar a plenária do comitê e o comitê eleger a nova
773 diretoria. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, lembrou mais uma vez que o
774 Comitê deixa de atuar como Comitê no momento em que ele não atua da forma
775 determinada em seu Regimento, no artigo primeiro, qual seja a da atuação
776 colegiada, deixando, então, de atender a um pressuposto legal basilar que



777 determina a forma necessária para que seus atos se revistam de validade jurídica,
778 conforme já amplamente exposto pelos Conselheiros, lembrando que há cinco
779 meses que se tenta efetivamente formar a Diretoria e que até o momento isso não
780 ocorreu, não sendo possível que permaneça atuando como – citando as palavras da
781 Conselheira Renée Veiga - o Comitê de um homem só, principalmente em se
782 considerando a importância de um Rio tão significativo quanto o Tarumã. Lembrou
783 que o art. 22 do Regimento do CERH diz que poderá ser criada Câmara Técnica
784 específica a qualquer tempo, sendo clara a necessidade atual da designação da
785 referida CT, que ficará responsável pela elaboração deste trabalho de intervenção, e
786 que será criada, caso haja concordância dos Conselheiros. O Sr. Sergio Miranda
787 (CBH-TA), voltou a se manifestar no sentido de que o que está entendendo que se
788 está colocando nesse momento é o Regimento do Conselho, e que o Comitê, na
789 pessoa dele, está querendo fazer o trabalho, mas que, ao que parece, esse trabalho
790 será atropelado no caso de aprovação da proposta apresentada pelos Conselheiros.
791 O Presidente do CERH, Marcelo Dutra, tornou a dizer que somente se está
792 discutindo a legalidade dos atos praticados sem a existência do colegiado do
793 Comitê, passando a palavra ao Conselheiro da OAB, Almério Augusto, que lembrou
794 que não apenas a questão da legalidade está sendo discutida, mas também a
795 existência de fato do funcionamento do Comitê, e a da atuação do Conselheiro
796 Sérgio, com toda a questão da legalidade e a discussão a respeito do funcionamento
797 e como isso vai funcionar a partir de agora, considerando que apenas está se
798 manifestando no sentido de instar a necessidade de utilizar as previsões legais,
799 inclusive com o assessoramento da PGE. O Presidente do CERH, Marcelo Dutra,
800 colocou a proposta para votação, ao que se registra: 15 votos a favor, 1 voto
801 contrário e 1 abstenção para a Criação de Câmara Técnica específica no âmbito do
802 CERH, a reunir-se no máximo até sexta-feira, para que não haja lapso temporal
803 muito grande sem o funcionamento do CBHTA da maneira adequada, devendo a CT
804 trazer ao Conselho na próxima reunião, a ser convocada extraordinariamente, uma
805 proposta para o prosseguimento do funcionamento do CBHTA, com a intervenção,
806 caso necessário, da PGE, nos moldes propostos pela OAB. Por fim, o Presidente do
807 CERH, Marcelo Dutra, informou que, de acordo com o Regimento do CERH, são



808 necessárias no mínimo cinco instituições para a composição da Câmara Técnica,
809 sendo verificadas que as seguintes instituições têm interesse em participar:
810 Conselho Regional de Biologia-CRBIO, FIEAM, INPA, OAB, SEMA, IPAAM,
811 Conselho Regional de Química-CRQ, UEA. Sendo assim e, considerando a urgência
812 do tema, solicitou o atendimento ao que fora aprovado em votação, devendo a
813 reunião ocorrer impreterivelmente em 48h, designando reunião para o dia 09/03, às
814 14h, no Gabinete do IPAAM. Superado o assunto, o Presidente do CERH voltou à
815 pauta do Fórum Mundial das Águas, informando que existem quatro candidatos a
816 representar o CERH no Fórum, sendo o Conselheiro Sergio Bringel do CRQ, Carlos
817 Aguiar da CPRM, Valdemir da SEDUC e Carlossandro da UEA. O Conselheiro
818 Almerio Augusto (OAB/AM), falou sobre a necessidade do Compromisso a ser
819 assumido pelos representantes deste CERH no Fórum Mundial, de levar o nome do
820 Conselho e de apresentar o documento intitulado Carta das Águas da Tríplice
821 fronteira, na qual houve a participação efetiva dos membros deste Conselho na
822 elaboração e idealização, com apoio da UEA, do Prof Eivaldo Cavalcanti (OAB),
823 registrando que sem o apoio institucional e financeiro das entidades de ensino
824 superior e de todo o auxílio técnico em nome dos interesses de uma gestão mais
825 efetiva dos recursos hídricos, a elaboração do documento não teria sido possível. O
826 Presidente do CERH, Marcelo Dutra, endossou a intervenção, lembrando aos que lá
827 estarão representando este Conselho que os mesmos terão o compromisso de levar
828 a Carta referida. Ainda, quanto à viagem dos membros representantes do CERH no
829 Fórum Mundial da Água, solicitou que os mesmos comparecessem urgentemente à
830 SEMA para verificar a documentação e os trâmites necessários à aquisição de
831 passagens e demais procedimentos inerentes. Antes de encerrar a reunião, o
832 Presidente do CERH, Marcelo Dutra, perguntou se mais alguém gostaria de se
833 manifestar, tendo se pronunciado o representante Carlossandro da UEA, informou
834 que a partir do dia 30 de março será lançado um novo Edital para ingresso no curso
835 de mestrado em gestão e regulação de recursos hídricos. Feito isso, o Presidente
836 CERH, deu por encerrada a 35ª Reunião Ordinária do CERH- AM. Eu, (Ayub, Yuri)
837 Assessor técnico da ASSHID, lavrei a presente ATA que incorpora, como anexo, a
838 lista com as respectivas assinaturas de todos os membros presentes.